

«Todos nós  
somos a Suíça»

Jornadas de acções  
em Fevereiro

2

Ramo de pintura  
e estuque

CCT com reforma  
antecipada

3

Segurança  
social

O que é novo  
em 2016

4

Nr. 2 | Abril 2016 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Implementação da Iniciativa contra a imigração «em massa»

## Protecção dos trabalhadores em vez de contingentes!



Unidos ultrapassamos barreiras levantadas contra os migrantes: discriminação, racismo, isolamento.

**A 9 de Fevereiro de 2014, o povo suíço aprovou a chamada Iniciativa contra a imigração em massa (MEI), o que deu origem a um novo artigo na Constituição Federal (art.º 121a). No dia 4 de Março de 2016, o Conselho Federal apresentou a sua proposta para a concretização deste artigo. A proposta prevê, entre outras coisas, a introdução de contingentes. O Unia opõe-se claramente: contingentes dão origem a novas discriminações no mercado de trabalho e põem a livre circulação de pessoas em causa. O Unia exige, em vez disso, que a protecção de salários e das condições de trabalho seja reforçada.**

A MEI tinha como objectivo limitar a imigração para a Suíça. A sua concretização é muito difícil, porque ela infringe os acordos de livre circulação de pessoas entre a Suíça e a UE. A livre circulação de pessoas garante muitos direitos aos trabalhadores e é uma condição para os acordos bilaterais. O Conselho Federal tem tentado negociar com a UE uma implementação do novo artigo constitucional que não ponha estes últimos em causa. Até agora sem qualquer sucesso...

### Sugestões para a implementação do novo artigo da constituição

O Conselho Federal apresentou agora os seus projectos-lei para a aplicação prática do novo artigo 121a da constituição. Prevê, por exemplo, que se regule a imigração através de uma cláusula de salvaguarda unilateral: todos os anos se estabelece um limiar para a imigração. Se este for ultrapassado, o Conselho Federal fixará números

máximos, isto é, contingentes. Estes números não incluem, no entanto, autorizações de estadia inferiores a 4 meses.

O Conselho Federal pretende, ainda, aproveitar melhor o potencial de mão-de-obra existente no país e facilitar a integração de refugiados no mundo de trabalho. Além disso, aprovou uma alteração à lei de imigração. Esta passa a estabelecer que estrangeiros à procura de trabalho não possam beneficiar do auxílio social. E aprovou também o alargamento à Croácia do acordo de livre circulação. A ratificação deste protocolo é condição para a participação da Suíça no projecto de investigação Horizon 2020.

### Contingentes levam a discriminações

Para o Unia, a proposta do Conselho Federal é inaceitável. Os contingentes levam a discriminações. A solução agora apresentada levaria a um

aumento de autorizações de estadia de muito curta duração e, logo, a situações precárias. A experiência mostra que, quando há contingentes, os trabalhadores ficam mais dependentes dos seus empregadores. Quase não se conseguem defender contra condições laborais contrárias à lei e aos contratos colectivos de trabalho (CCT). Isso aumenta a pressão sobre os salários, como aconteceu no passado com o estatuto de saisonnier.

### Reforçar medidas de acompanhamento

Para garantir postos de trabalho, condições laborais e salários, não necessitamos de contingentes, mas melhores medidas de acompanhamento. Para o sindicato Unia é, por isso, inaceitável que o Conselho Federal renuncie a uma consolidação destas medidas e, em consequência, à protecção dos trabalhadores.

Os sindicatos apresentaram ao Conselho Federal várias propostas para a consolidação das medidas de acompanhamento:

- Reforço dos CCT: a declaração da força obrigatória deve ser facilitada. O cumprimento dos CCT só pode ser eficazmente garantido se salários mínimos e condições laborais forem obrigatórios para todas as empresas de um mesmo ramo.
- Mais inspecções e medidas mais eficazes: o Conselho Federal tem



Contra a estigmatização de migrantes!

de colocar mais meios à disposição para as inspecções necessárias.

- Melhor protecção contra o despedimento, sobretudo de trabalhadores mais idosos.

### Eliminar o art.º 121a da constituição

Uma solução para a difícil relação com a UE é o que sugere a iniciativa «Sair do beco sem saída! Eliminar a reintrodução de contingentes para migrantes» (RASA). Esta propõe que se elimine o art.º 121a da constituição. Também dos partidos da direita se elevam vozes exigindo que o povo seja consultado sobre alterações ao art.º 121a, de forma a que as relações com a UE não sejam postas em causa. É urgente que o povo seja consultado sobre estas sugestões. Mas também é urgente garantir melhores medidas de acompanhamento com melhor protecção para os trabalhadores.

Marília Mendes

### Editorial



### Estimadas leitoras, estimados leitores

Passámos a 28 de Fevereiro uma manhã tensa em frente da televisão, do computador portátil ou do telemóvel, escrevendo SMS ou mensagens de Whatsapp. Até que chegou a notícia desejada: o povo suíço disse «Não» à «Iniciativa de Aplicação! Muitos perguntaram-me depois se eu tinha festejado. Não, não festejei. Embora o resultado tenha sido um alívio, fiquei a pensar: foi um «sim» ao estado de direito e à democracia. Mas não foi necessariamente um «sim» aos migrantes neste país. Por isso temos poucos motivos para festejar, os direitos dos migrantes, de todos nós, continuarão a ser limitados. Na conferência de imprensa depois da votação, os sindicatos da USS anunciaram uma «ofensiva de naturalização». Uma iniciativa que será acompanhada pelo mesmo princípio que predominou às jornadas de acção, realizadas em Fevereiro: a migração é uma realidade e é normal. Os e as migrantes vivem na Suíça e fazem, por isso, parte do país. Por outras palavras: «todos nós somos a Suíça!» Nós não somos convidados, vivemos aqui e temos como todos deveres, claro, mas também direitos. Temos agora de exigir estes direitos. Isto significa que temos de parar de nos esconder. Não importa se estamos na Suíça temporariamente ou se aqui queremos ficar para o resto da nossa vida. Quem cá vive também ajuda a construir este país e esta sociedade. Por isso, todos deveremos ter os mesmos direitos: autorização de estadia justa, habitação decente, trabalho correctamente pago, participação política e o mesmo direito penal, para só mencionar alguns. Estamos longe disso, mas a mudança começa nas nossas próprias cabeças. Empenhemo-nos pelos direitos de todos os migrantes e aceitemos que somos uma parte deste país. Todos nós somos a Suíça!

Aurora García

Responsável pela Divisão de Migração



## Notícias breves

### Renovação do CCNT da hotelaria-restauração

Os parceiros sociais da hotelaria-restauração chegaram a um acordo sobre o novo Contrato Colectivo Nacional de Trabalho para a Hotelaria-Restauração (CCNT). Ele deve entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2017 e passar a ser de força obrigatória. O Unia negociou este novo contrato com as associações de trabalhadores Syna e Hotel & Gastro Union, bem como as associações patronais Swiss Catering Association, Gastro-Suisse e hotelleriesuisse. Todas as organizações negociadoras têm de aprovar o novo CCNT até Junho. Depois as pessoas e as empresas abrangidas serão amplamente informadas sobre o novo CCNT e o requerimento para que seja declarada a força obrigatória será entregue ao Conselho Federal.

### Resolução das «badanti»



As assistentes domiciliárias a pessoas idosas («badanti» em italiano) estão fartas das más condições de trabalho do seu ramo. Numa resolução exigem, por isso, melhorias para a situação. A resolução foi aprovada no âmbito da primeira jornada cantonal das «badanti», que teve lugar a 6 de Março em Paradiso, no Ticino. Na resolução, que vai ser entregue ao governo cantonal ticinense, o Unia reivindica que seja introduzido um contrato colectivo de trabalho (CCT) para as chamadas «badanti». Além disso, exige que sejam disponibilizados mais meios financeiros para a assistência domiciliária a pessoas idosas.

### Sulzer planeia despimentos massivos

O empresa multinacional Sulzer pretende fechar a fábrica de Winterthur e pôr 90 trabalhadores na rua. Como justificação, a empresa atribui as culpas ao franco forte. Mas isso não é toda a verdade, o objectivo é antes maximizar os lucros. Sulzer acaba de anunciar o pagamento de dividendos especiais aos accionistas. E o novo CEO (gerente) de Sulzer recebeu um prémio de entrada em funções de quase três milhões de francos. Para isso, 90 pessoas têm de pagar com a perda do seu posto de trabalho. O Unia exige que Sulzer mantenha os postos de trabalho em Winterthur. Mas os políticos também têm de tomar medidas: o Unia exige que sejam tomadas medidas políticas para a protecção dos trabalhadores e reivindica uma política industrial resolvida.

### Votações federais, 28 de Fevereiro

# Vitória de valores democráticos!

**Conseguimos! O povo suíço disse claramente «não» à chamada «Iniciativa de aplicação»! Conseguimos este resultado graças a uma enorme mobilização da sociedade civil. Temos, por isso, motivos para estarmos satisfeitos. Contudo não devemos esquecer que no Outono entra em vigor a lei criada para a aplicação da «Iniciativa de expulsão». Isto significa que os/as estrangeiros/as serão mais duramente penalizados/as, em caso de delitos, do que os suíços e as suíças.**

No dia 28 de Fevereiro foram a votação, além da «Iniciativa de aplicação», mais três iniciativas. A «Iniciativa contra a especulação com alimentos», bem como a iniciativa do Partido Democrata Cristão (CVP/PDC) «pela igualdade fiscal de casados» foram ambas recusadas pelo povo suíço (respectivamente 59,9% e 50,8% dos votos). A construção de um segundo túnel no Gotardo foi aprovada com 57% dos votos. Infelizmente, também foram recusadas duas iniciativas sindicais: a «Iniciativa contra o dumping salarial», em Zurique, e o referendo ticinês contra a nova lei do horário de abertura das lojas. Esta lei prevê horários de abertura das lojas mais longos.



Ação em Zurique: «Todas as pessoas são iguais perante a lei»

### Desumana e um ataque ao Estado de Direito

A «Iniciativa de aplicação» teria como objectivo, segundo a UDC, garantir uma aplicação rigorosa da «Iniciativa de expulsão». Esta instituiu a expulsão automática de estrangeiros «criminosos». Na realidade, a «Iniciativa de aplicação» ia muito mais longe: punha em causa o princípio da igualdade perante a lei e criava mecanismos que levariam à expulsão de estrangeiros mesmo em caso de delitos menores. Ela era, além do mais, um ataque directo ao trabalho dos sindicatos, que têm muitos sócios e funcionários estrangeiros.

### Juntos conseguimos vencer!

O Unia participou, por isso, activamente na vasta campanha contra a

iniciativa. O «Apelo urgente», lançado pelos sindicatos, desenvolveu uma enorme dinâmica própria. Mais do que um milhão de francos foram recolhidos para cartazes e anúncios. E houve uma vasta mobilização da sociedade civil. O resultado comprova que, se unirmos as forças, conseguimos parar o populismo de direita. A «Iniciativa de aplicação» foi rejeitada com 58,9% dos votos.

### Apesar de tudo: expulsão a partir de 1 de Outubro

No entanto, não devemos esquecer que a proposta do Parlamento para aplicação da «Iniciativa de expulsão» cria um direito próprio para pessoas sem o passaporte suíço. A partir de 1 de Outubro de 2016, estrangeiros e estrangeiras que tenham sido con-

denados por determinados delitos graves serão automaticamente expulsos. Este catálogo inclui, ainda, o novo delito do abuso social. Isto significa que quem tenha recebido indevidamente da segurança social prestações superiores a 300.– francos pode ser expulso. Só a cláusula de situação grave pode evitar uma expulsão. Esta cláusula prevê que a expulsão pode não ser aplicada se a pessoa em causa estiver numa situação pessoal grave. Aqui é tida especialmente em conta a situação de estrangeiros/as que nasceram e cresceram na Suíça.

### Faça valer os seus direitos!

Os sindicatos anunciaram, depois da votação de 28 de Fevereiro, que vão lançar uma ofensiva para a naturalização de estrangeiros. Com ela pretendemos, por um lado, motivar os estrangeiros e as estrangeiras que preenchem os critérios a fazer uso desse direito de naturalização. Por outro lado, espera-se que as localidades e os cantões se dirijam a potenciais candidatos à naturalização e lhes transmitam o sentimento de serem bem-vindos. A quota-parte de estrangeiros na Suíça é mantida artificialmente elevada devido à rigidez da política de naturalização. Está na hora que isto mude e que a Suíça reconheça todos os «suíços sem passaporte suíço» a viver no país!

⇒ Aurora García

### Jornadas de acção, 9 de Fevereiro

# «Todos nós somos a Suíça»



Em Basileia realizou-se uma marcha pelos direitos dos migrantes.

**Dois anos depois da aprovação nas urnas da chamada «Iniciativa contra a imigração em massa», que deu origem a um novo artigo na Constituição Federal, o art.º 121a, a nossa exigência de uma Suíça aberta e solidária mantém-se mais actual do que nunca. Para tornar esta e outras exigências visíveis, foram realizadas, de 6 a 8 de Fevereiro, acções em toda a Suíça.**

As acções que tiveram lugar nestes dias surgiram no âmbito do grupo «Todos nós somos a Suíça». Este grupo surgiu depois da aprovação da «Iniciativa contra a imigração em massa» a 9 de Fevereiro de 2014. Um ano depois, a 7 de Fevereiro de 2015, foi organizado em Berna o 1.º Congresso de migrantes e pessoas de origem migrante. O sindicato Unia foi um dos co-organizadores.

### Abertura e solidariedade, participação para todos!

De 6 a 9 de Fevereiro deste ano, foram realizadas acções locais em vários pontos da Suíça – festas, debates, workshops ou stands com dis-

tribuição de folhetos e informações. Independentemente da actividade escolhida, todas exigiam o mesmo: uma Suíça aberta e solidária sem marginalizações e discriminações. A migração e a diversidade é uma realidade social. Todas as pessoas que aqui vivem devem poder participar em pé de igualdade na construção do presente da Suíça – independentemente da origem, crença religiosa, nacionalidade, género, orientação sexual, origem dos pais ou dos avós, etc. Nestas jornadas de acção de Fevereiro as pessoas manifestaram-se por uma nova política de inclusão para todos os que já cá estão e para aqueles que ainda hão-de vir.

### Muitas actividades

Em muitas localidades mais pequenas, o Unia e diversas organizações organizaram stands, distribuíram folhetos e fizeram campanha contra a «Iniciativa de aplicação». Enquanto isso, nas cidades maiores foram realizados eventos maiores. Em Basileia e Neuchâtel o fim-de-semana começou com festas e actividades culturais, como dança e narração de histórias, e terminou com manifestações ou workshops. Em Genebra realizou-se, no sábado dia 6, um pouco de tudo: primeiro uma festa, depois um grande debate sobre o tema da integração. Em Zurique, o grupo «Todos nós somos Zurique» organizou no domingo, dia 7, workshops e debates. Nestes foi possível discutir sobre a perspectiva de uma sociedade futura inclusiva, como é que esta poderá ser e o que é necessário fazer para que ela seja possível.

### Superar barreiras

As jornadas de acção foram concluídas com uma acção em Berna organizada pela Aliança por uma Suíça aberta e solidária, de que o Unia foi co-fundador, em cooperação com o Comité de juventude por uma Suíça aberta, Operation Libero e Helvezin. Estas organizações entregaram ao Conselho Federal um apelo com as suas reivindicações para uma Suíça aberta. Entre outros pontos, reivindicam que a livre circulação de pessoas com a UE não seja posta em causa, que os trabalhadores na Suíça – independentemente da sua origem – sejam protegidos por medidas de acompanhamento que funcionem seriamente e que a reintrodução do estatuto de saisonnier, um estatuto humilhante e desumano, seja impossibilitado. Reivindicam, além disso, um fim para todas as formas de estadia precária.

⇒ Aurora García



Na Maison Kultura, em Genebra, debateu-se sobre a integração de estrangeiros.



Ramo de pinturas e estuques

# Reforma antecipada também para pintores e estucadores!



O trabalho dos pintores é duro. Eles merecem a reforma antecipada!

O trabalho de pintores e estucadores é duro. Só poucos o aguentam até à idade regular da reforma. Já há muito tempo que o Unia vem reivindicando para estes trabalhadores a possibilidade de uma reforma antecipada. No início de 2016, as delegações de negociação dos parceiros sociais chegaram a um acordo relativamente a um modelo adequado para que esta seja possível. Um sucesso importante e um sinal para outros ramos.

Há onze anos que o sindicato Unia vem reivindicando a possibilidade de reforma antecipada para os pintores e estucadores da Suíça alemã e do Jura, bem como para os pintores do Ticino. Agora, finalmente, conseguimos! As delegações de negociação da Associação Suíça das Empresas de Pintura e Estuque (SMGV/ASEPP) e os sindicatos Unia e Syna chegaram a um acordo sobre um modelo para a reforma antecipada. Agora esperamos que o

novo CCT seja ratificado pelos órgãos das organizações signatárias.

### Reforma flexível a partir dos 60 anos

O modelo prevê a possibilidade de uma reforma parcial flexível a partir dos 60 anos para os homens e 59 para as mulheres ou da reforma antecipada por inteiro a partir dos 63 ou dos 62, respectivamente. Até à idade regular da reforma, os trabalhadores que usu-

fruem da reforma antecipada recebem uma pensão de transição de cerca de 70% do valor da pensão da AHV-AVS. Os descontos para o 2.º pilar continuam a ser feitos. O modelo é financiado conjuntamente pelas contribuições de trabalhadores e empregadores, no valor de 0,85% do salário. Em princípio, os primeiros profissionais já poderão beneficiar deste modelo a partir de Janeiro de 2018.

### Aumentos salariais sobretudo para jovens

O novo CCT prevê, além disso, aumentos salariais generalizados de 25 francos para todos os trabalhadores em 2016 e 2017. Simultaneamente, haverá, nestes dois anos, um aumento de 30 francos nos salários mínimos de trabalhadores que estejam no primeiro, segundo e terceiro anos de trabalho depois de terem concluído a formação profissional. Os salários de chefes de grupo e trabalhadores com formação profissional terão um aumento de 12.50 francos nos dois anos.

A reforma antecipada no ramo de pinturas e estuques é um importante passo em frente, também como exemplo para outros ramos onde o trabalho é duro, para que também estes venham a introduzir um modelo de reforma antecipada.

⇒ Aurora García

## Entrevista



Anja Peter, secretária do Unia pela Igualdade

# Igualdade salarial agora – chega de meias tintas!

O Conselho Federal enviou há pouco a revisão da lei da igualdade para consulta. No entanto, o Unia não está nada contente com a proposta do Conselho Federal. Anja Peter, secretária do Unia pela igualdade, diz porquê ao Horizonte.

### Anja, as mulheres do Unia fizeram no dia 2 de Março uma acção na Praça Federal reivindicando o fim de «meias medidas». De que meias medidas se trata?

No dia 2 de Março entregámos o nosso parecer sobre a revisão da lei da igualdade. Nós achamos que o Conselho Federal não vai suficientemente longe em questões de igualdade salarial. No nosso parecer mostramos: apesar de reconhecer que a lei é insuficiente, o Conselho Federal vai pouco longe na sua revisão.

### Na tua perspectiva, o que é que falta na proposta de revisão do Conselho Federal?

Há três níveis diferentes. Em primeiro lugar, há a monitorização dos salários nas empresas: a proposta de lei prevê que as empresas fiscalizem os salários de quatro em quatro anos e que isto seja controlado por uma entidade externa. Mas a lei não exige que os resultados das fiscalizações sejam publicados. Assim, há uma falta de transparência! Nas empresas, as empregadas não sabem se os seus salários estão em causa e se terão de ser ajustados.

### Isso significa que são as mulheres que têm de fazer valer os seus direitos?

Exactamente, e isso leva-nos ao segundo nível. O cumprimento da igualdade salarial continua a ser da responsabilidade das mulheres, de cada uma individualmente. Cada uma tem de verificar se o seu salário está correcto. E tem depois de apresentar uma queixa, se achar que o que recebe não é justo. E uma acção judicial é, como todos sabemos de diferentes experiências, um processo longo, caro e difícil.

### As mulheres filiadas no sindicato têm exigido muitas vezes «serviços de fiscalização de salários». Estes serviços não estão aqui previstos?

Não, eles estavam previstos inicialmente, mas foram depois eliminados da proposta de lei. A ideia era que o Gabinete Federal da Igualdade assumisse essa competência. Ao Gabinete Federal da Igualdade seriam dadas as competências, os recursos e os meios para fazer as fiscalizações, aplicar penalizações e actuar como acusador. Mas o Conselho Federal decidiu-se contra esta proposta e, por isso, as medidas são, como dissemos, só «meias medidas».

### Alguns dias depois foi o Dia Internacional da Mulher. As mulheres do Unia saíram à rua, mas desta vez estava a Iniciativa AHV-AVSpplus no centro. Existe alguma ligação entre a AHV-AVS e a igualdade salarial?

Uma influencia a outra. Dito de outra forma: quem ganha menos recebe mais tarde uma pensão de reforma mais pequena. As mulheres são aqui as mais atingidas porque têm com frequência empregos com salários mais baixos. A isso junta-se o facto de prestarem muito trabalho não remunerado. Quando chegam à reforma só recebem, muitas vezes, a pensão da AHV-AVS e nada da caixa de pensões. Só cerca de 20% dos homens não recebem dinheiro da caixa de pensões. No caso das mulheres, são cerca de 48% que nada recebem. Isto mostra que as pensões da AHV-AVS são importantes para as mulheres e elas têm de ser urgentemente aumentadas.

A Iniciativa AHV-AVSpplus é o melhor meio contra os planos de desmantelamento do Parlamento. Temos de reforçar a AHV-AVS! Ela é a reforma justa e solidária para a nossa velhice – dela recebemos todos os francos que descontámos! Não é como a caixa de pensões, para a qual pagamos muito e só recebemos muito pouco. Por isso as mulheres do Unia se empenham tanto a favor da Iniciativa AHV-AVSpplus!

⇒ Aurora García

## 1º de Maio, Dia do Trabalhador

# «Lutar juntos – Por uma AHV-AVS forte»

O 1º Maio deste ano vai estar sob o signo da Iniciativa AHV-AVSpplus dos sindicatos. Mas no seu centro estará também uma ideia básica do movimento sindical: a nossa força baseia-se na união e solidariedade, na luta colectiva pelos nossos ideais! Isto é particularmente importante em tempos como os que vivemos, em que as conquistas sindicais e as nossas reivindicações são postas em causa de todos os lados.



No Dia do Trabalhador: todos à rua, unidos, por uma AHV-AVS forte!

A Iniciativa AHV-AVSpplus vai a votação em Setembro. Depois de duas décadas sem que a AHV-AVS tenha sido substancialmente melhorada, está na hora de se iniciar um novo ciclo para a obtenção de melhores pensões de reforma. Face à campanha baseada no medo que os partidos de direita e o mundo das finanças vêm desenvolvendo há vinte anos contra a AHV-AVS, esta votação será para nós um grande desafio. Por isso, o 1º de Maio será dedicado a este tema.

### Unidos somos fortes!

Mas não nos esqueçamos que somos confrontados com outros ataques duros. Os ataques aos direitos dos migrantes, que vêm a sua permanência na Suíça ser progressivamente rodeada de instabilidade. Ou os ataques aos contratos colectivos de trabalho, que muitos empregadores afirmam não serem necessários. Temos, por isso, de reforçar o nosso espírito de luta sindical. E mostrar que os sindicatos são uma força importante para a construção de uma sociedade justa no país.

⇒ Aurora García

### Brochura sobre discriminação salarial

O Unia publicou uma brochura que resumidamente explica como é que as mulheres se podem defender em caso de discriminação salarial e onde é que poderão, eventualmente, obter apoio.

A brochura está traduzida em 8 línguas: alemão, italiano, francês, servo-croata-bósnio, turco, albanês, português e espanhol.



Segurança social

# 2016: Estas são as alterações na segurança social

As alterações na AHV-AVS, seguro de saúde, etc. são sentidas directamente pelos trabalhadores. Apresentamos-lhe aqui uma visão sumária das alterações para 2016.

No início do ano muitas leis são alteradas ou surgem novas leis. Isto também é válido para a segurança social. Por exemplo, haverá este ano pensões mais elevadas, descontos para um seguro obrigatório ou reduções da ajuda social. Apresentamos-lhe aqui as alterações mais importantes, inventariadas pela União de Sindicatos Suíços.

### AHV-AVS/IV-AI/EO-APG

O Conselho Federal reduziu os descontos para a compensação em caso de perda de rendimentos (EO-APG) de 0,5 para 0,45%. A EO-APG compensa a perda de rendimentos durante os serviços militar, civil ou de protecção civil ou ainda durante a licença de maternidade. O Conselho Federal tinha aumentado estes descontos em 2010 por um período limitado, porque, com a introdução da licença de maternidade (2005), as reservas estavam reduzidas. Agora a caixa está de novo cheia e, por isso, baixam os descontos.

O desconto total para os seguros AHV-AVS/IV-AI/EO-APG é reduzido de 10,3% para 10,25%. Metade deste valor é pago pelos empregadores, a outra metade pelos trabalhadores.

Os novos tipos de cotizações a partir de 1 de Janeiro de 2016:			
Tipo de cotização	Empregado	Empregador	Total
AHV-AVS	4,2%	4,2%	8,4%
IV-AI	0,7%	0,7%	1,4%
EO-APG	0,225%	0,225%	0,45%
Total	5,125%	5,125%	10,25%

As pessoas que não trabalham também descontam para os seguros AHV-AVS/IV-AI/EO-APG. O valor destes descontos depende basicamente dos bens e dos rendimentos (por ex., pensões de reforma ou de alimentos). Há, no entanto, um valor mínimo que todos têm de descontar (excepção: se o ou a cônjuge já descontou o dobro da cotização mínima). Este baixa (através do ajuste aos descontos para a EO-APG) de 480 para 478 francos ao ano.

### Seguro de acidentes

Uma novidade este ano é que há mais trabalhadores segurados contra acidentes pela totalidade do seu salário. Isto porque o Conselho Federal subiu o salário máximo no seguro contra acidentes de 126.000 para 148.200 francos. Isto foi necessário porque os salários mais elevados subiram depois da última adaptação.

Este novo salário máximo também influencia os outros seguros sociais: por exemplo, no seguro de desemprego são feitos descontos em salários até 148.200 francos. Aqui as empresas descontam, por seu lado, 1,1% e os trabalhadores outros 1,1%. A revisão afecta ainda as prestações do seguro de desemprego e valor máximo do subsídio diário do seguro de invalidez.

### Previdência profissional

Nunca os montantes acumulados para o segundo pilar renderam tão poucos juros como desde o início de Janeiro deste ano. Isto porque o Conselho Federal baixou a taxa de juros mínima para 1,25%, um record baixo. Até final de 2015 a taxa mínima era de 1,75%. A taxa mínima determina os juros que o capital para a velhice rende por ano.

### Seguro de saúde

A 1 de Janeiro entrou em vigor a nova lei de «Vigilância sobre o seguro de saúde». Agora o Departamento Federal de Saúde pode obrigar as caixas de seguro de saúde a baixarem os prémios do seguro, se os prémios forem demasiado elevados em comparação com as despesas que a caixa de seguro de saúde tem. O objectivo desta lei é evitar que seja necessário proceder a mais correcções dos prémios: entre 1996 e 2013 as caixas tinham estabelecido prémios demasiado altos ou demasiados baixos. Isto será ajustado em 2016: em 11 cantões (AR, BE, BL, GL, JU, LU, NW, OW, SH, SO, UR) os segurados terão de pagar um suplemento aos prémios. Em 9 cantões (AI, FR, GE, GR, TG, TI, VD, ZG, ZH), os segurados serão reembolsados. O Departamento Federal de Saúde vai determinar os valores em causa na Primavera.



Contra a proposta do Conselho Federal de aumentar a idade de reforma das mulheres!

### Ajuda social

A partir de 2016, a maioria das localidades e dos cantões passarão a aplicar as directrizes da Conferência Suíça da Ajuda Social (SKOS), que foram revistas. Para algumas pessoas que recebem ajuda social isto significa que, no futuro, receberão muito menos dinheiro. Por exemplo, jovens adultos: quem tiver menos de 25 anos e viva só passa a receber 20% menos de ajuda social. O valor de base para as necessidades básicas (o mínimo vital) baixa de 986 para 789 francos.

A ajuda social reduz no futuro também o apoio a chefes de famílias monoparentais. A estes será cortado o chamado subsídio de integração, no valor de 200 francos ao mês. Este subsídio era-lhes pago até agora para o cuidado dos filhos.

A SKOS também endureceu as sanções para os casos em que as pessoas que recebem ajuda social não cooperem com os organismos da segurança social. Estes podem agora cortar até 30% da ajuda social.

### Reforma, etc. O que vem aí

**Previdência de velhice:** em 2016, o Conselho Nacional vai deliberar sobre a proposta de revisão da previdência de velhice 2020, apresentada pelo Conselheiro Federal do Partido Socialista, Alain Berset. A proposta, que já foi debatida pelo Conselho de Estados, prevê duas duras medidas na previdência: a subida da idade da reforma das mulheres para 65 anos e a redução da taxa de conversão mínima do segundo pilar de 6,8 para 6%. Este ponto é muito importante porque a taxa de conversão determina o valor das pensões. As pensões de reforma baixarão, assim, cerca de 12%.

**Prestações complementares:** a lei sobre as prestações complementares também está a ser revista. O processo de consulta ainda está a decorrer, no final do ano deve haver um novo projecto de lei. Prevê-se sobretudo cortes para pessoas com pensões de reforma e de invalidez, especialmente no que toca ao reembolso dos prémios do seguro de saúde.

**Seguro de invalidez:** Também este será revisto em 2016, o projecto-lei está no processo de consulta.

### Cursos do Instituto Movendo sobre o tema

Pode aprender mais sobre o sistema suíço de segurança social frequentando um curso do Instituto de Formação Movendo, um instituto dos sindicatos. Por exemplo, um curso muito popular é «Planificar a reforma: qual será o meu rendimento quando me aposentar?». Mas pode preferir outros temas, como «Prestações complementares à AHV-AVS e IV-AI: como é que sei aquilo a que tenho direito?» ou «Introdução à previdência profissional». Um curso por ano, no mínimo, é gratuito para os sócios dos sindicatos. Encontra o programa actual em [www.movendo.ch](http://www.movendo.ch).

© Sina Bühler, work n.º 3, 19 de Fevereiro de 2016



## Pergunte, que nós respondemos

### Pensão de viuvez: Podem cortar-ma?

**Tenho 47 anos e sou viúvo, a minha mulher faleceu há quatro anos num acidente de moto. Vivo desde então sozinho com os meus filhos. O meu filho tem 22 anos, a minha filha vai fazer 18 e está no terceiro ano de formação profissional. Recebo uma pensão de viuvez da AHV-AVS e uma pensão de orfandade para a minha filha. O meu filho já não recebe pensão de orfandade desde que terminou a sua formação. Há pouco a caixa de compensação da AHV-AVS informou-me que deixaria de me pagar a pensão de viuvez, mas a minha filha continuaria a receber a pensão de orfandade. Podem cortar-me assim esta pensão?**

**Sim.** Um viúvo só recebe uma pensão de viuvez até o filho ou a filha mais novo/a ter 18 anos de idade. É o que estipula o artigo 24 lei da AHV-AVS. O facto de a sua filha ainda estar a fazer a formação não conta para este caso. Receberá a sua última pensão de viuvez no mês em que a sua filha fizer 18 anos. Um viúvo que não tenha filhos não recebe sequer pensão de viuvez. A lei é propositalmente favorável às viúvas em comparação com os viúvos. Uma mulher casada e com filhos, cujo marido morra, tem sempre direito a uma pensão de viuvez. A idade dos filhos não é aqui relevante. Em alguns casos, uma viúva sem filhos também pode ter direito a uma pensão de viuvez: se tiver mais de 45 anos na altura do falecimento do marido e se o casamento tiver durante no mínimo 5 anos.

Peter Schmid, work, 4.2.2016

### Pensão da AHV-AVS: Os descontos feitos na Alemanha também contam?

**Passei a minha juventude na Alemanha, fiz lá a minha formação profissional e trabalhei alguns anos na minha profissão. Mas vivo e trabalho há muitos anos na Suíça. Este ano vou ser aposentado. Os descontos para a reforma que fiz na Alemanha serão agora creditados na minha pensão de reforma?**

**Infelizmente não.** Mas o senhor deve, além da AHV-AVS, receber uma reforma parcial da Alemanha. Uma pessoa que tenha trabalhado em mais de um país, recebe, quando chega à idade da reforma ou em caso de invalidez, uma reforma parcial em cada país onde tenha trabalhado. O mesmo é válido, em caso de morte, para as pensões de sobrevivência a favor de familiares da pessoa segurada. O valor da pensão é calculado com base no tempo de cotização em cada país. Para isso, o local de residência da pessoa no momento da aposentação não é importante. Tem direito a uma pensão de reforma quem tenha feito descontos pelo menos durante um ano. Além disso, tem de se cumprir os outros requisitos necessários se ter direito a uma pensão. Mas os requisitos variam conforme o país. Deverá, por isso, informar-se.

Philip Thomas, work, 3.11.2011

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber work, Gewerkschaft Unia, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, A. Rogalewski, D. Filipovic, E. Sarlaslan, M. Martin, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout C. Lonati, Unia | Druck Tagblatt Print, Im Feld 6, 9015 St. Gallen | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft. Le Syndicat. Il Sindacato.

[www.unia.ch](http://www.unia.ch)